

AO SR. PREGOEIRO DO SESC/MG

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 197/2023

A empresa CONTROLE CLIMA AR CONDICIONADO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.487.743/0001-08, estabelecida na Rua Ingai, nº 156, Vila Prudente, na cidade de São Paulo/SP, por intermédio de seu representante legal, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, IMPUGNAR o edital da licitação:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Da licitação em comento, por força da Resolução nº 1.252/2012 - Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, em consonância ao Edital, em seu subitem 4.1, pelos motivos que passa a expor:

I. DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

Nos termos do subitem 4.1.1. do edital, o qual previu que o prazo para manifestação de pedido de esclarecimentos ou impugnações se encerra às 17:00 do dia 19/10/2023. Portanto, a presente impugnação é tempestiva e merece ser acolhida.

II – DA RAZÕES E DO DIREITO

A presente impugnação trás em comento observações e sugestões de exigências e quesitos de ordem técnica que merecem constar no instrumento convocatório, afim de os anseios da administração sejam atendidos, não somente selecionando a proposta em observação ao menor preço, mas também garantindo que o fornecedor selecionado atenderá critérios técnicos que efetivamente farão com que os serviços a serem executados a contento da demanda dessa administração.

Outrossim, os apontamentos e sugestões que serão citadas, não são novidades, mas já praticadas por outros órgãos da administração pública, quando da realização de licitações do mesmo seguimento que a presente.

II. a) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL

Os quesitos exigidos para fins de comprovação da qualificação técnica, são aqueles previstos no item 10.4 do Edital e no item 12 do Termo de Referência, sem necessidade de mencioná-los, verificou-se que, as exigências previstas são “simplórias” a luz do que o SESC/MG pretende contratar, qual seja, serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização e exaustão mecânica das unidades do Sesc em Minas.

Portanto, em análise ao objeto da licitação em observação aos quesitos técnicos necessários para atender a demanda da administração, a contento, é primordial adicionar as exigências de ordem técnica que serão propostas, pois essas obrigatoriamente devem compro a qualificação da empresa que venha a ser selecionada, pois representam características de ordem técnica inerentes a capacidade operacional e profissional mínimas para a execução daqueles serviços.

Em razão disso, segue as sugestões de exigências de qualificação técnica que, a licitante devem comprovar por meio de seus Atestados de Capacidade Técnica, comprovando assim experiência anterior necessária para atendimento do objeto da licitação:

1) verifica-se que dentre os serviços a serem executados o PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle) é um importante processo para qualidade do ar, conservação dos equipamentos, prolongamento de sua vida útil, economia em manutenções corretivas e ganho em eficiência energética, citado no item 2 do Termo de Referência, no entanto não foi exigido a comprovação de experiência para desempenho de tal serviço, por meio da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica. Por esse motivo, se faz necessária a inclusão dessa exigência no rol dos serviços a serem comprovados no subitem 10.4.1.1. do Edital e no subitem 12.1.1. do Termo de Referência;

Tal observação encontra amparo na alínea b), inciso II, do art. 12, da Resolução nº 1.252/2012, pois o PMOC é item inerente ao objeto do certame, e de elevada importância, assim como já transcreveu o item 2 do Termo de Referência.

2) o instrumento convocatório solicitou a comprovação de execução de serviços de forma simultânea, em equipamentos de refrigeração no quantitativo mínimo de 250 equipamentos. No entanto, o tipo e quantitativo de equipamentos que serão assistidos pelos serviços de manutenção totalizam 1001 equipamentos, divididos em diversos seguimentos, sendo os mais relevantes o ACJ, Self, Split, Splitão e VRF, ou seja, os tipos citados representam características distintas quanto à funcionamento e necessidades nas manutenções.

Nesse sentido, é necessário exigir a comprovação de quantitativo mínimo de 50% do total de máquinas previstas para as manutenções de forma simultânea, para que se comprove a capacidade efetiva de gestão técnico-operacional da licitante, de acordo com o cenário real da demanda que deverá atender.

Assim também, complementar o subitem 10.4.1.1. do edital, para que seja adicionado a comprovação de experiência em manutenção de equipamento do tipo Self, Split, ACJ e Splitão, além do VRF já previsto inicialmente,

Ainda, considerando os quatro tipos de equipamentos mais relevantes e as respectivas Toneladas de Refrigeração (TR) correspondentes, ressaltando que, exigir a comprovação de quantitativo mínimo de TR em serviços já executados é em muito utilizado para medir a capacidade técnica operacional e profissional, nesse sentido, em uma estimativa mínima de TR que correspondem aos tipos de equipamentos mais significativos, é relevante que se exija a comprovação de realização de

manutenções em equipamentos de refrigeração que totalizam no mínimo 200TR, em máquinas do tipo ACJ, Self, Split, Splitão e VRF.

Tal observação encontra amparo na Súmula 263 do TCU que diz:

“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Portanto, tais exigências não são limitadas a cada tipo de equipamento em específico, mas considera a comprovação mínima pelo conjunto de equipamentos em caráter de semelhança, ressaltando aqueles que possuem elevada característica técnica.

3) Em observação ao previsto nos subitens 3.8.2 e 3.10.1.3., tudo do Termo de Referência, os serviços serão executados em um total de 37 unidades distintas. Há de se considerar que, a capacidade operacional da empresa que executa serviços de manutenção em equipamentos de refrigeração em uma mesma unidade não representa a mesma complexidade quando se executa tais serviços simultaneamente em unidades com localidades distintas.

Essas características se somam ainda a outra complexidade, que são das unidades hoteleiras que, para a coordenação das agendas de manutenções, há o fator da hospedagem que é frequente, necessitando da disponibilidade de uma equipe designada especificamente para atender essa demanda, permanecendo um período de dias muito superior quando das manutenções realizadas nas unidades convencionais.

Dato esse fato, se mostra necessário que a licitante comprove experiência por meio de seus Atestados, de execução de serviços de manutenção em unidades distintas, de no mínimo 18 unidades atendidas simultaneamente.

Tal observação encontra amparo na alínea b), inciso II, do art. 12, da Resolução nº 1.252/2012.

4) Diante dos apontamentos, em atenção ao conjunto de complexidade dos serviços que deverão ser realizados, é ainda necessário o preenchimento de alguns requisitos como:

- que a empresa comprove experiência mínima de 03 (três) anos de experiência, a exemplo do item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDGn. 5/2017.

- que os atestados apresentados para fins de qualificação técnico-operacional, estejam acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou da Certidão de Acervo Técnico (CAT), haja vista que, os serviços de manutenção em equipamentos de refrigeração dessa natureza, necessitam de profissional de engenharia (ou outro com atribuição correlacionada) para a execução dos serviços, que por sua vez obrigatoriamente necessita registrar junto ao Conselho Regional de Engenharia no mínimo a ART dos serviços que serão executados. Portanto tal exigência é razoável e proporcional a

característica do objeto do certame, além de garantir a devida veracidade ao documento de Atestado apresentado.

5) Para execução dos serviços objeto do certame, é razoável exigir a comprovação de equipe mínima, contendo no mínimo 01(um) Engenheiro Mecânico e 03 (três) Mecânicos de Refrigeração, ambos com experiência mínima de 01(um) ano, devidamente comprovada.

6) Foi previsto no instrumento convocatório somente a apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Física. No entanto, se faz necessário que a licitante também comprove sua inscrição no respectivo conselho/entidade profissional, pois a empresa que executa serviços de manutenção em equipamentos de refrigeração, obrigatoriamente devem estar registradas juntas ao seu Conselho Regional de Engenharia (CREA), por força da Lei Federal nº 5.194/66 e a Resolução nº 336/89 do CONFEA.

Tal exigência é observada em diversos editais de licitação, bem como também na alínea a), do inciso II, do art. 12, da Resolução nº 1.252/2012.

Soma-se a essa exigência que, quando da assinatura do contrato, a contratada comprove sua inscrição junto ao CREA da localidade da execução do serviço, ou seja, CREA/MG, por meio de visto ao seu registro original.

7) Cabe ainda, solicitar a comprovação de qualificação econômico-financeira mínima, que é comumente exigida nos editais de licitação, prevista no inciso III, do art. 12, da Resolução nº 1.252/2012, que se resumem à:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, ou balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, que comprovem a situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório;

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

Diante dos apontamos, sugere-se a retificação do Edital da licitação, passando a constar as seguintes exigências:

10.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.4.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no conselho de classe competente atualizada, relativa a empresa licitante.

10.4.1.1. Para fins de assinatura do contrato, será exigido da contratante a comprovação de “Visto” junto ao conselho de classe competente do estado de MG.

10.4.2. Atestado de Capacidade Técnica Operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado distinta da proponente, demonstrando que executou serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado, devidamente acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou documento equivalente de acordo com o conselho de classe correspondente.

10.4.2.1. O atestado deverá comprovar:

- Atendimento mínimo de 500 equipamentos de forma simultânea.
- Manutenção de equipamentos do tipo:

VRF – variable refrigerante flow; e

ACJ – Ar Condicionado de Janela; e

Split; e

Splitão; e

Self.

- Atendimento mínimo de 200 TR (tonelada de refrigeração), de serviços realizados simultaneamente em equipamentos de refrigeração, do tipo, VRF, ACJ, Split, Splitão e Self.
- Execução de PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), em serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado.
- Execução simultânea de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado em no mínimo 18(dezoito) unidades distintas.

10.4.2.2. Será aceito o somatório de atestados para a comprovação do quantitativo, desde que em períodos concomitantes.

10.4.2.3. Comprovar a experiência mínima de 3(três) anos na prestação dos serviços em manutenção de equipamentos de ar condicionado, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o período de 3(três) anos ser ininterrupto, a exemplo do item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

10.4.3. Atestado técnico profissional, com Certidão de Acervo Técnico emitido pelo Conselho de Classe de competência da atividade profissional estabelecida, que comprove experiência nos serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado.

10.4.3.1. O atestado deverá comprovar:

- Manutenção de equipamentos do tipo:

VRF – variable refrigerante flow; e

ACJ – Ar Condicionado de Janela; e

Split; e

Splitão; e Self.

- Execução de PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), em serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado.

10.4.4. Certidão de Registro de Pessoa Física no conselho de classe competente atualizada, relativa ao profissional detentor do atestado solicitado no item anterior.

10.4.4.1. O responsável técnico, detentor do atestado apresentado neste subitem deverá demonstrar vínculo com a licitante, mediante apresentação de ato constitutivo e/ou estatuto e/ou contrato social em vigor, e/ou ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, ou empregado, mediante apresentação do registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou Contrato de Trabalho, ou possuir contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes, ou através de declaração na qual o profissional autoriza a inclusão de seu nome para fim de participação no certame licitatório, sendo que esta declaração deverá ser assinada pelo respectivo profissional.

10.5. Comprovar equipe técnica mínima, por meio dos documentos elencados no subitem 10.4.4.1. para comprovação do vínculo, de pelo menos os seguintes profissionais:

- 01(um) engenheiro mecânico; e
- 03(três) mecânicos de refrigeração.

10.4.4.2. Ambos profissionais deverão comprovar experiência mínima de 01(um) ano em atividades correlacionadas, por meio de registro empregatício ou outro documento permitido por lei.

10.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.5.1. Apresentar patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.5.1.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.5.1.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

10.5.1.3. Comprovação da situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral(SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO) / (PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)$$

$$SG = (ATIVO TOTAL) / (PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)$$

$$LC = (ATIVO CIRCULANTE) / (PASSIVO CIRCULANTE)$$

10.5.1.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

10.5.2. Apresentar certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

10.5.2.1. Caso não conste na certidão negativa de falência a data ou prazo de validade, somente serão aceitas certidões expedidas há menos de 01 (um) ano anterior à data de apresentação.

III – DA CONCLUSÃO

Considerando todo exposto, torna-se evidente que o edital de licitação necessita de revisão, de modo a assegurar que as cláusulas do edital estejam em conformidade com os requisitos de qualificação técnica, operacional e profissional, bem como os critérios de qualificação econômico-financeira, compatíveis com a capacidade necessária da empresa que será contratada para executar os serviços especificados neste processo licitatório, garantindo, assim, a eficaz execução dos serviços conforme as exigências estabelecidas.

Nesse sentido, alterar o edital para as sugestões propostas, é atender ao princípio administrativo da eficiência previsto na Carta Magna, garantindo que os recursos destinados a presente contratação, sejam efetivamente assistidos pela eficiência necessária para atender a demanda do SESC/MG.

Outrossim, restando a devida retificação do instrumento convocatório, as alterações editalícias vem acompanhada do dever de obedecer aos prazos previstos de publicidade (art. 2º, da Resolução nº 1252/2012), considerando o previsto no inciso V, do art. 5º, da mesma resolução, que estabelece 8 (oito) dias de publicação prévia a abertura do certame para a modalidade Pregão.

Ainda, em complemento, determina o TCU por meio do Acórdão nº 1197/2010 – TCU – Plenário, Relator Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, o seguinte:

9.2.2. atente para a necessidade de divulgação, pela mesma forma que se deu o texto original, das eventuais alterações do instrumento convocatório, com a reabertura do prazo inicialmente estabelecido, mesmo em hipóteses que resultem na ampliação do universo de competidores, a fim de viabilizar que os novos possíveis interessados contem com tempo hábil para a elaboração de suas propostas, com vistas a dar pleno cumprimento ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93;

Portanto, a retificação do respectivo edital deve vir acompanhada de nova data de sessão pública para recebimento da proposta, obedecendo os prazos previstos em lei para a publicidade da licitação na modalidade selecionada, qual seja, Pregão Eletrônico.

Diante das razões apresentadas e devidamente fundamentadas, que seja apreciado o mérito diante do arsenal legal disposto pela legislação colecionada sobre a matéria.

III - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

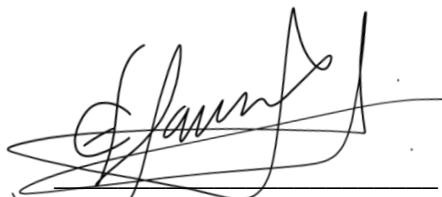
a) que seja retificado o Edital da Licitação, do Pregão Eletrônico nº 197/2023 – SESC/MG, para adicionar ao instrumento convocatório os apontamentos citados, e transcritos na sugestão para alteração das cláusulas do Edital

b) que na remota hipótese de indeferimento do respectivo pleito, que seja disponibilizado a cópia integral do processo licitatório, bem como, seja remetido o pedido para a autoridade superior.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo/SP, 18 de outubro de 2023.



Edimario Santos
Diretor Executivo
CPF Nº 179.266.328-56
RG Nº 24.774.811-0